

Acessibilidade na comunicação: um olhar sobre a docência anticapacitista e o jornalismo acessível¹

Leylianne Alves Vieira²
Universidade Federal de Rondônia – Unir

Resumo

A acessibilidade é um direito garantido mundialmente às pessoas com deficiência desde 2006. No jornalismo, contudo, este direito segue sendo ignorado por diferentes páginas digitais. A partir da prática da docência em cursos de Jornalismo, defendemos que a mudança deve acontecer em três principais linhas de atuação: 1) desconstruir pré-conceitos nos futuros jornalistas; 2) criar metodologias de ensino para pessoas com deficiência; e 3) estabelecer práticas de ensino que normalizem o uso das ferramentas de acessibilidade. Neste texto, apresentamos um histórico das normas de acessibilidade no país e no mundo e discutimos as possibilidades de atuação a partir dos cursos de Jornalismo.

Palavra-chave: acessibilidade; capacitismo; docência; jornalismo; cidadania.

Introdução

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006. O tratado tem como objetivo “proteger e garantir o total e igual acesso a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência [...]” (Brasil, 2008). O Brasil, como signatário, aprovou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, Lei Nº 13.146/2015) em 2015 (Brasil, 2015).

Dez anos depois, em 2025, foi apresentada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) 17.225:2025, que institui os parâmetros básicos de acessibilidade digital e objetiva garantir que as pessoas possam acessar conteúdos online sem barreiras técnicas.

Segundo Sassaki (2019), são sete as principais dimensões da acessibilidade aplicáveis a todos os campos de atividade humana: arquitetônica, atitudinal, comunicacional, instrumental, metodológica, natural e programática. Dentre elas,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação, professora do Curso de Jornalismo do Departamento Acadêmico de Comunicação da Universidade Federal de Rondônia - Unir. Integrante do projeto “Somos Diversas – Processos comunicacionais e estratégicos sobre a deficiência em universidades brasileiras”, contemplado no Edital Capes nº 17/2023 – PDPG – Políticas Afirmativas e Diversidade. E-mail: leylianne.alves@unir.br.

destacam-se a dimensão comunicacional - comunicação interpessoal e mediada por recursos de telecomunicações - e a dimensão programática - que garante a exclusão de barreiras tecnológicas à participação.

Cenário nacional

De acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 18,6 milhões de brasileiras e brasileiro com 2 anos ou mais têm algum tipo de deficiência. O número equivale a 8,9% da população brasileira. Ainda de acordo com o Censo 2022, pessoas com deficiência têm menor acesso a educação e trabalho, quando comparadas às pessoas sem deficiência (Gomes, 2023).

A garantia de acesso à informação é fundamental para que qualquer pessoa exerça a sua cidadania. Segundo Canavilhas (2014), as características da produção de conteúdo para a internet, em tese, facilitam o acesso de diferentes pessoas e conteúdos. No entanto, a prática demonstra que as pessoas com deficiência ficam de fora dessa suposta popularização do acesso (Ferreira; Vicente, 2021).

Se as empresas jornalísticas não fornecem as ferramentas necessárias, milhões de pessoas ficam sem acesso à informação. Nos termos de Bonito (2016), ao jornalismo em mídias digitais falta “Acessibilidade Comunicativa”. Exemplo é que pesquisas anteriores demonstram que emissoras como SBT, Globo, Band e Record, e veículos como Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, UOL e Estado de S. Paulo, por exemplo, não cumprem os requisitos de acessibilidade (Ferreira; Vicente, 2021).

Docência anticapacitista, jornalismo acessível

Na experiência da docência universitária em Jornalismo, com recorrência deparamo-nos com textos que expressam diferentes vertentes do capacitismo, tais como a romantização, o tratamento dos personagens como heróis ou a infantilização. As pessoas com deficiência também não costumam ser fontes consultadas em matérias que não as tenha como pauta.

A fim de mudar este cenário, propomos que são necessárias três linhas de atuação: 1) desconstruir pré-conceitos arraigados socialmente nos futuros jornalistas; 2) criar metodologias de ensino que permitam que pessoas com deficiência ocupem espaço

na comunicação; e 3) estabelecer práticas de ensino que normalizem o uso das ferramentas de acessibilidade por profissionais sem deficiência.

No que se refere aos pré-conceitos nos futuros jornalistas, é necessário incentivar pautas que tenham pessoas com deficiência como fontes, bem como promover o diálogo com pessoas com deficiência. Além disso, ter pessoas com deficiência nos cursos de jornalismo e no mercado de trabalho é ferramenta indispensável à diversidade e à progressiva diminuição dos preconceitos.

A junção dessas duas linhas de atuação culmina no desenvolvimento de práticas anticapacitistas e com foco na acessibilidade. É preciso que especialmente os docentes estejam sensíveis à questão e tenham a formação e as ferramentas necessárias para a) incluir os discentes com deficiência nas disciplinas teóricas e práticas e b) ter a acessibilidade, efetivamente, como norma na produção jornalística.

Referências

ABNT. NBR 17225:2025 - Acessibilidade em conteúdo e aplicações web - Requisitos. 2025. Disponível em: <https://www.abntcolecao.com.br/mpf/norma.aspx?ID=567818>. Acesso em: 04 maio 2025.

BONITO, M. A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital. Âncora: Revista Latino-americana de Jornalismo. João Pessoa, v.3, n. 1, p. 175-193, jan./jun. 2016.

BRASIL. Lei n. 13.146. (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 03 maio 2024.

_____. Decreto Legislativo n. 186. (2008, 9 de julho). Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2008/decretolegislativo-186-9-julho-2008-577811-republicacao-102419-pl.html>. Acesso em: 03 maio 2025.

CANAVILHAS, João (Org.). Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Labcom, 2014.

FERREIRA, M.; VICENTE, M. M. A produção do sentido no ciberjornalismo inacessível e os prejuízos à participação social de pessoas com deficiência visual. Culturas Midiáticas, [S. l.], v. 15, p. 19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/60569>. Acesso em: 4 maio 2025.

GOMES, I. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Agência IBGE Notícias. 2023. Disponível em:



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Faesa – Vitória – ES
De 11 a 16/08/2025 (etapa remota) e 01 a 05/09/2025 (etapa presencial)

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 03 maio 2024.

SASSAKI, R. K. As sete dimensões da acessibilidade. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2019.